



### **Caracterização da População Residente em Alojamentos não Clássicos, nos Censos de 1991 e 2001**

#### **Autora:**

Cristina Gonçalves

Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Sociais

E-mail: [cristina.goncalves@ine.pt](mailto:cristina.goncalves@ine.pt)

#### **Resumo**

Pretende-se com este estudo apresentar uma caracterização geral da população residente em alojamentos não clássicos, bem como a evolução nos últimos anos. Analisam-se alguns aspectos demográficos e socio-económicos, mobilidade geográfica e estrutura familiar desta população, sempre que possível descendo ao nível geográfico NUTS II.

#### **Palavras chave:**

Alojamentos não clássicos, tipo de alojamento, género, grupo etário, região.

#### **Abstract**

The aim of this paper is to characterise the population resident in non-conventional dwellings as well as the recent evolution. Some demographic and socio-economics aspects, the geographical mobility and the familiar structure are analysed whenever possible. The analysis is performed at NUTS II level.

#### **Key-words:**

Non-conventional dwellings, housing type, gender, age group, region.

**Characteristics of residents in non-conventional dwellings based on 1991 and 2001 census**



## Introdução

*“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”*

(Artigo 65º CRP)

O direito a uma habitação condigna, como componente do direito universal de um nível de vida mínimo, adequado à sociedade em que se inserem, encontra-se consagrado para todas as pessoas em muitos instrumentos nacionais e internacionais. Entre estes, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos do Homem e o Tratado Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. A Constituição da República Portuguesa, texto fundamental do nosso país, no seu artigo 65º apresenta as medidas que o estado deve tomar para ver assegurado aquele direito a todos os cidadãos.

Da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Habitação (Habitat II) em 1996, resultaram a Declaração de Istambul e a Agenda *Habitat*, tendo muitos governos adoptado ou revisto as políticas habitacionais dos respectivos Estados, por forma a incluir diversas dimensões dos direitos humanos.

Neste contexto, em Abril de 2000, foi constituída a figura do Relator Especial nos Direitos à Habitação que, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para a Habitação, formam o seu contributo para atingir um dos principais objectivos assentes na Declaração de Istambul: *“... um Mundo onde todos possam viver num lar seguro com a promessa de uma vida digna, boa saúde, segurança, alegria e esperança”*.

A adopção da Agenda *Habitat* marca um ponto de viragem nos esforços internacionais no sentido de promover cidades ambiental e socialmente sustentáveis. Os principais compromissos e estratégias da Agenda contemplam, para além do alojamento em si, questões de desenvolvimento social e erradicação da pobreza, gestão ambiental, desenvolvimento económico e cooperação internacional.

A habitação condigna assume, deste modo, um papel fundamental na questão da cidadania e da inclusão social dos cidadãos.

Em Portugal poucos estudos se têm desenvolvido nesta área, compreendendo-se a razão pelas escassas fontes de informação disponíveis. Assim, com o presente trabalho, pretendeu-se caracterizar de um modo geral a população residente em alojamentos não clássicos utilizando os resultados dos últimos recenseamentos à população e habitação. O conceito censitário de alojamento familiar não clássico compreende, entre outros, *barracas, casas rudimentares de madeira, improvisados e móveis*.

Como se pode concluir pelo próprio conceito subjacente, a precariedade das condições da habitação colocam a população em análise numa situação de exclusão social, pelo menos nesta dimensão, embora seja reconhecido que nas diversas dimensões humanas se estabelecem interligações de tal modo fortes, que podem estender-se a outras situações de exclusão social.

O presente trabalho está estruturado em duas partes: a primeira apresenta algumas características a nível demográfico e socioeconómico da população residente em alojamentos não clássicos, e a segunda incide sobre a estrutura familiar da mesma.

## I. Evolução e Composição Socio-demográfica

### Género e Estrutura Etária

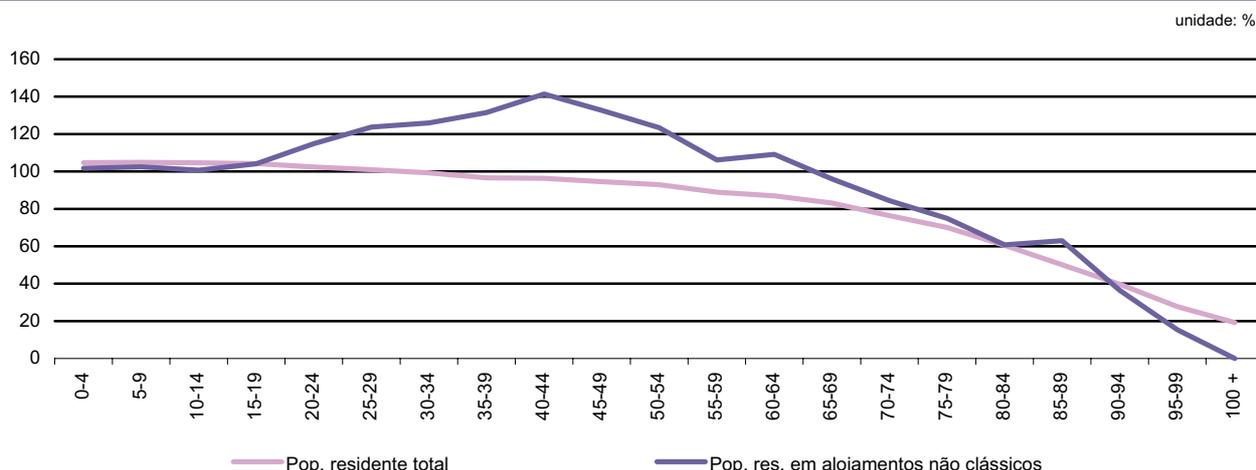
Em 2001, segundo os resultados dos últimos Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 81 983 pessoas residiam em alojamentos não clássicos, ou seja, barracas, casas rudimentares de madeira, improvisados, móveis, entre outros<sup>1</sup>; representando 0,8% do total da população residente em Portugal e dos quais 52,7% eram homens e 47,3% eram mulheres.

A repartição desta população segundo o género é inversa à da população residente total, com cerca de 52% de mulheres e 48% de homens e traduz-se numa relação de masculinidade de cerca de 111 homens por cada 100 mulheres, superior à que se verificava na população total (93,4 homens em cada 100 mulheres).

Pela análise da figura, podem verificar-se as discrepâncias da composição segundo o sexo: enquanto que na população total a relação de masculinidade inicia uma curva descendente a partir dos 30 anos, idade a partir da qual os efectivos femininos passam a estar sobrerrepresentados devido à sobremortalidade masculina, no que se refere à população residente em alojamentos não clássicos, o excedente do sexo masculino é bem evidente, especialmente entre os 20 e os 54 anos.

Figura 1

### Relação de masculinidade da população residente total e em alojamento não clássicos, Portugal, 2001



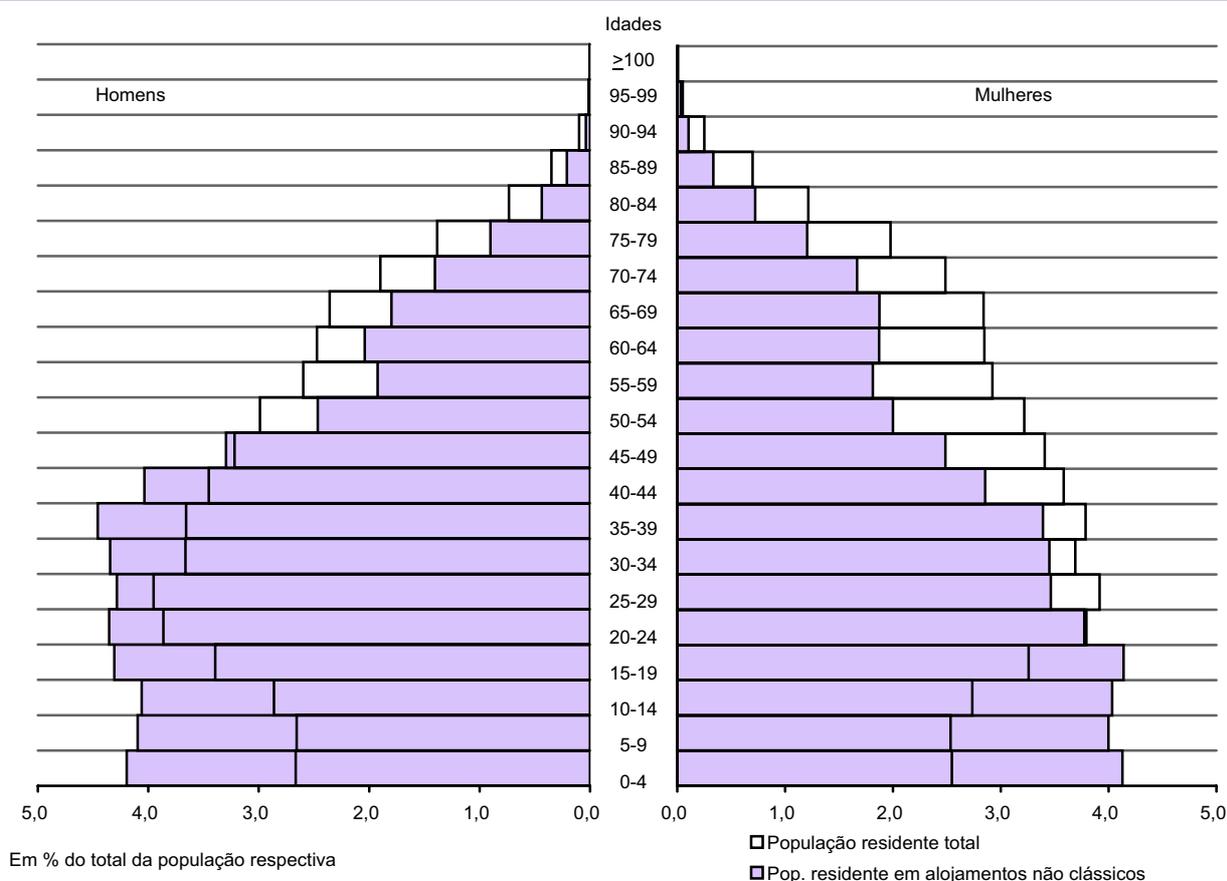
Fonte: INE, Censos 2001 (XIV Recenseamento Geral da População 2001 e IV Recenseamento Geral da Habitação)

A composição por sexo e idades fica ainda mais evidente nas pirâmides etárias comparativas da população total e da população em análise, ressaltando, desde logo, um maior rejuvenescimento na população residente em alojamentos não clássicos, para além do maior número de efectivos masculinos, já mencionado.

A população idosa (com 65 ou mais anos) que, em 2001, representava 16,4% na população residente total, não chega a atingir os 11% no total da população a residir em alojamentos não clássicos. Por outro lado, o fenómeno da sobrerrepresentação feminina nas idades mais elevadas, em consequência da maior esperança média de vida, torna-se menos evidente na análise à população a residir em alojamentos não clássicos: entre a população com 65 ou mais anos, 5,9% eram mulheres e 4,8% eram homens, enquanto que na população total as proporções eram respectivamente: 9,5% e 6,8%

Figura 2

### Pirâmides etárias da população residente total e em alojamentos não clássicos, por grupo etário, Portugal, 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Analisando a tendência nas últimas 2 décadas, pode concluir-se que a proporção da população em estudo tem vindo a decrescer. De acordo com os dados censitários, em 1981, esta população representava 1,3% da população residente total, descendo esta percentagem para 1,0% em 1991 e para 0,8% em 2001. Esta redução, reflectida em ambos os sexos, foi mais evidente nos alojamentos do tipo *barraca* que em *outros* (incluindo casa rudimentar de madeira, improvisado, móvel e todos os outros).

Em 1981, a população a residir em *barracas* representava 59% do total da população a residir em alojamentos não clássicos, residindo os restantes 41% nos de *outro tipo*; enquanto que em 1991, as proporções passam a assumir os valores de 61% e 39%, respectivamente. Passados 10 anos, a população a residir em alojamentos não clássicos de *outro tipo* aumenta para 53% do total, baixando a população a residir em *barracas* para 47% do total.

Os diversos planos de erradicação de barracas, aliados aos programas de realojamento de certos aglomerados, podem estar na origem da diminuição dos alojamentos do tipo *barraca*. Por outro lado, o aumento dos alojamentos não clássicos de *outro tipo* pode estar associado ao aparecimento de novas situações, bem como às novas correntes imigratórias, como indiciam alguns indicadores.

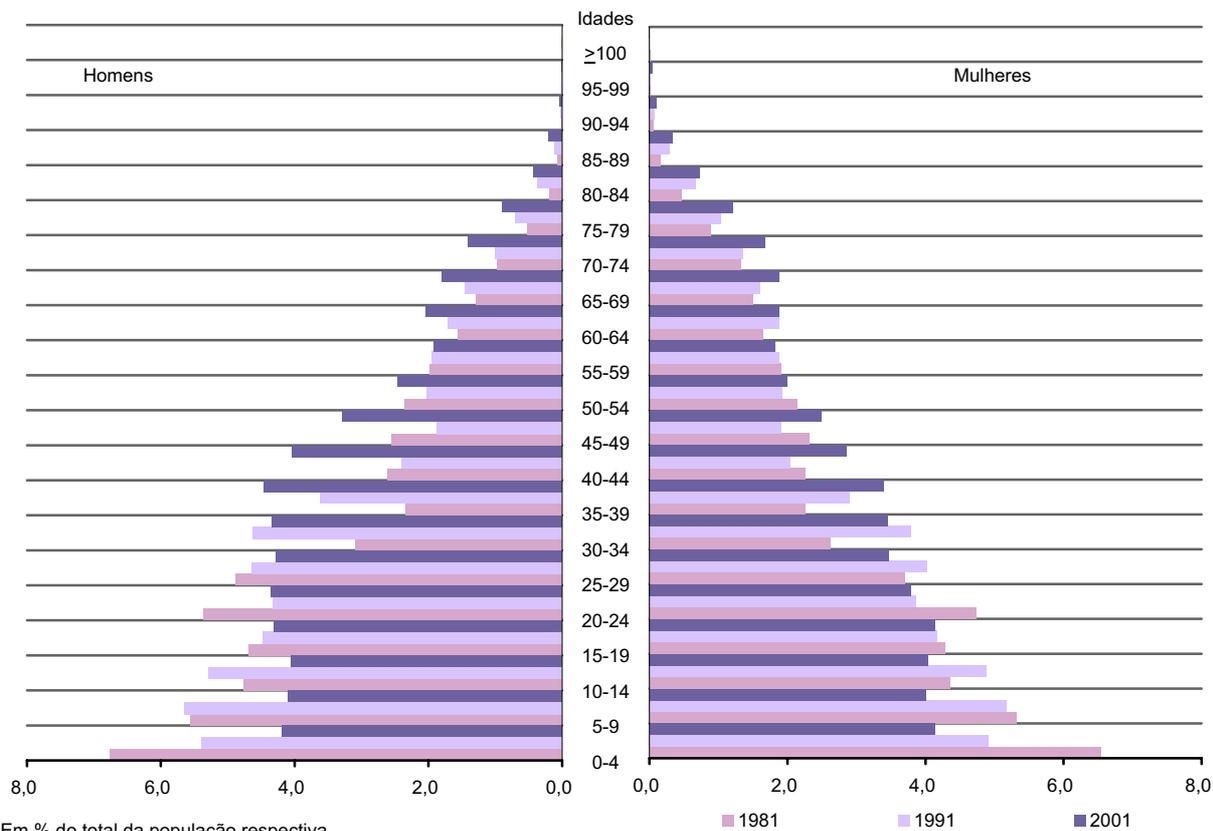
A análise da evolução da população segundo a estrutura etária, de acordo com os três últimos Recenseamentos, permite visualizar o envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária, acompanhando a tendência da população total.

Apesar da redução dos efectivos populacionais a residir em alojamentos não clássicos em termos totais, no período 1981-2001, verificou-se um aumento de indivíduos nas idades dos 30 aos 39 anos entre 1981 e 1991 (11% no grupo dos 30-34 anos e 7% no dos 35-39 anos) em particular nos homens; enquanto que no período de 1991-2001 os maiores acréscimos se evidenciaram a partir dos 40 anos, com taxas de variação superiores a 30% (34% no grupo etário dos 40-44 anos e 32% no dos 45-49 anos), igualmente mais elevados no sexo masculino (cerca de duas a três vezes mais). Esta evolução integra certamente uma persistência da situação de indivíduos que anteriormente já se encontravam a residir neste tipo de alojamentos, mas, provavelmente, tem subjacente uma entrada de novos efectivos em situação habitacional idêntica.

Nas idades mais elevadas, a partir dos 65 anos, mas sobretudo a partir dos 80 anos, podem verificar-se alguns incrementos, mais ou menos acentuados, reflectindo o envelhecimento da população em geral. De qualquer modo, na análise das taxas de variação deve ter-se presente os diminutos efectivos envolvidos (cerca de 8 800 indivíduos com 65 ou mais anos em 2001).

Figura 3

### Evolução da população residente em alojamentos não clássicos, por estrutura etária, Portugal, 1981, 1991 e 2001



A análise por NUTS II revela uma maior concentração da população na região de Lisboa que, entre 1991 e 2001, viu diminuir a importância relativa da população residente neste tipo de alojamentos, passando de 55,6% em 1991 para 45,2% em 2001.

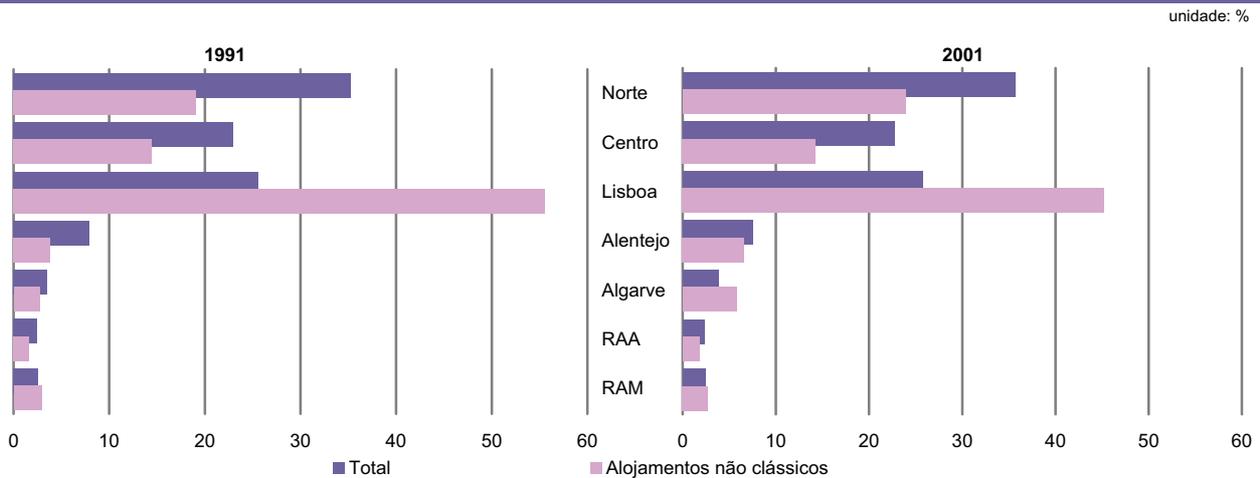
No mesmo período, a proporção da população em estudo aumentou no Norte, no Alentejo e, sobretudo, no Algarve, constatando-se em todas as regiões que os indivíduos do sexo masculino registaram os maiores acréscimos relativos.

À semelhança do que se verificou para o total do país, quase todas as regiões NUTS II viram aumentar a importância relativa de população a residir em alojamentos de *outro tipo*, mesmo em algumas das quais em que se verificou uma variação negativa no total da população a residir em alojamentos não clássicos. Tal é o caso de Lisboa e da Região Autónoma dos Açores, cujo decréscimo se deveu exclusivamente à população a residir em *barracas*.

O Algarve, que registou o maior aumento da população em análise (84%), também observa um acréscimo muito superior entre os que residem em alojamentos de *outro tipo* comparativamente aos alojamentos do tipo *barraca*. O mesmo sucedeu no Norte, cujo aumento no período intercensitário foi inferior a 9% no total da população em estudo, registando taxas de variação negativas entre a população a residir em *barracas*, embora positivas nas de *outro tipo*.

Figura 4

### Distribuição percentual da população residente total e em alojamentos não clássicos, NUTS II, 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da Habitação e População, 1991 e 2001

### Estado Civil

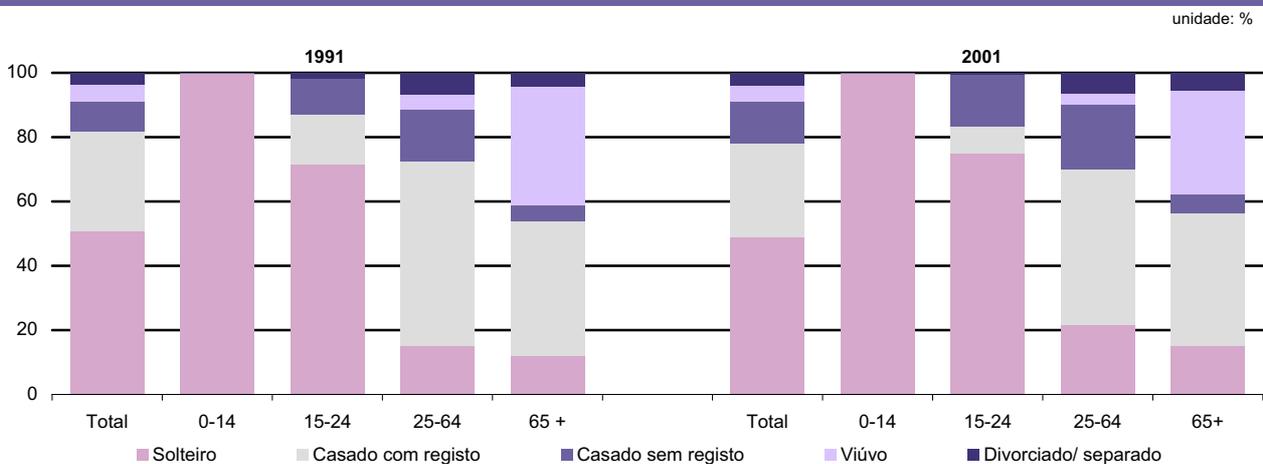
Segundo os Censos 2001, a maior parte da população em análise era solteira (49,0%), constituindo os casados uma proporção de 42,1% (29,1% com registo e 13,0% sem registo). Os restantes indivíduos repartiam-se por 5,2% de viúvos, 2,3% divorciados e 1,4% separados. Comparativamente a 1991, não se registaram grandes alterações na composição da população segundo o estado civil, sendo que apenas a população solteira observava uma maior percentagem (51%) em detrimento da população casada (40,5%).

A composição da população por estado civil segundo a estrutura etária (Figura 5) evidencia que a prevalência da população solteira se mantém até aos 24 anos, passando a situação de casado a constituir a maior proporção a partir daquela idade.

No último período intercensitário, embora se tenha registado um decréscimo da população casada com idades entre os 25 e os 64 anos, passando de 73,7% em 1991 para 68,5% em 2001, pode verificar-se um aumento dos casados sem registo, de cerca de 16% para 20%, no mesmo período. A diminuição da população casada surge sobretudo em consequência do aumento da solteira, que passa de 15% para quase 22%, entre 1991 e 2001.

Figura 5

### População residente em alojamentos não clássicos por idades e segundo o estado civil, Portugal, 1991 e 2001



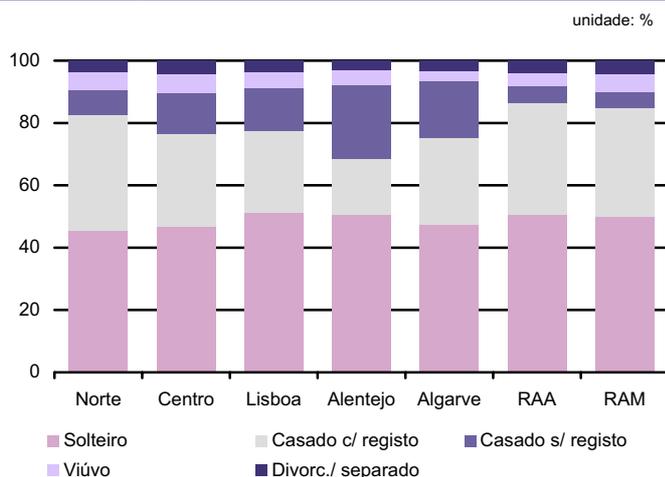
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da Habitação e População, 1991 e 2001

Entre a população idosa, o estado de viuvez assume maior importância, surgindo logo de seguida à de casado. No período intercensitário, os viúvos com 65 ou mais anos baixaram de 37% para 33% e os solteiros aumentaram de 12% para 15%, mantendo-se a mesma proporção de indivíduos casados (cerca de 47%), com ligeiro aumento entre a situação de casados sem registo em detrimento da via legal.

Esta composição apresenta diferenças significativas face à população residente total, que observava maior proporção de casados em detrimento dos solteiros. Contudo, importa referir que enquanto que na população total a proporção dos casados sem registo no total dos casados representava apenas 7,4%, a mesma sobe para 31% na população em análise (a residir em alojamentos não clássicos). A proporção de viúvos era também mais elevada na população residente total, provavelmente devido à estrutura da população ser mais envelhecida.

Figura 6

### População residente em alojamentos não clássicos segundo o estado civil, NUTS II, 2001



A nível regional, a população solteira assumia, em 2001, maior importância em Lisboa, Alentejo e Região Autónoma dos Açores. À semelhança do que se verifica no total da população residente, era nas regiões a Sul do território continental que a proporção de casados sem registo registava maior importância.

Entre 1991 e 2001, as principais tendências anteriormente referidas verificam-se também a nível regional, destacando-se o aumento da população casada sem registo e uma ligeira diminuição da população solteira, em todas as regiões.

### Nível de Instrução

A taxa de analfabetismo<sup>2</sup> da população residente em alojamentos não clássicos em 2001, era bastante mais elevada que a verificada na população total: 19,5% contra 9,0%. Ao contrário do que sucedeu com a taxa de analfabetismo na população residente total entre 1991 e 2001, que diminuiu 2 pontos percentuais (11%, em 1991), no que respeita à população em estudo este indicador não sofreu alteração no período intercensitário.

Considerando ainda a mesma população, ou seja, a residente em alojamentos não clássicos com 10 ou mais anos, a proporção dos indivíduos sem qualquer nível de ensino era ligeiramente inferior à apurada para a taxa de analfabetismo (17,2%) embora igualmente mais elevada da população total (8,6%).

Na análise por nível de instrução do total da população residente em alojamentos não clássicos, verifica-se, por outro lado, um aumento generalizado dos níveis de instrução a par da diminuição da proporção de indivíduos sem grau de instrução (-3,6 pontos percentuais entre 1991 e 2001). Os maiores aumentos observaram-se no ensino secundário completo e no 3º ciclo do ensino básico. A proporção de indivíduos com ensino médio ou superior completo registou igualmente um ligeiro aumento.

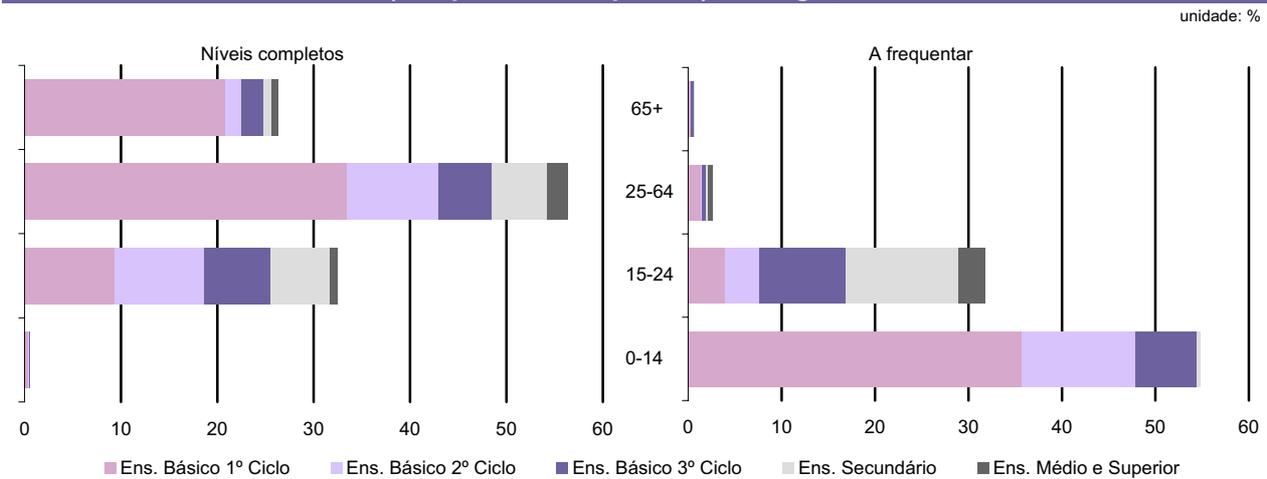
Em 2001, 54,5% dos indivíduos com 65 ou mais anos não tinham qualquer grau de ensino. Os jovens com menos de 15 anos sem grau de ensino registavam igualmente uma proporção elevada (36,5%) muito semelhante à dos que frequentavam o 1º ciclo do ensino básico (35,7%), o que parece indicar algum insucesso escolar, dado que a idade correspondente à conclusão daquele grau de ensino seriam os 10 anos de idade.

A proporção de indivíduos sem nível de ensino atingia, por sua vez, os 6,5% no grupo dos 15 aos 24 anos e os 15,5% nos que tinham entre 25 e 64 anos.

Como se pode verificar, o 1º ciclo do ensino básico é o grau de ensino mais comum entre a população em análise a partir dos 15 anos. Os indivíduos que detinham o 2º ciclo do ensino básico rondavam os 9,2% no grupo dos 15-24 anos e 9,5% no dos 25-64 anos.

Figura 7

### População residente em alojamentos não clássicos, por idades e segundo o nível de instrução (completo e a frequentar), Portugal, 2001



A frequência escolar era praticamente inexistente a partir dos 25 anos, embora cerca de 2,5% de indivíduos dos 15-64 anos frequentassem algum nível de ensino, dos quais se destaca 1,3% a frequentar o 1º ciclo do ensino básico.

Considerando o grupo dos 15-24 anos, pode verificar-se que a maior percentagem de indivíduos frequentava o 3º ciclo do ensino básico (9,3%) e o ensino secundário (12,0%), enquanto que 3% frequentava o ensino superior.

A nível regional, a proporção de indivíduos com 10 ou mais anos sem qualquer grau de ensino era mais elevada no Alentejo (35%) e no Centro (20%), sendo em todas as outras regiões mais baixa que a observada para o total do país (cerca de 17%). As mais baixas proporções foram observadas no Norte (15%) e nas regiões autónomas (8% nos Açores e 14% na Madeira).

Este fenómeno está certamente relacionado com o envelhecimento da população, que é mais forte no Alentejo e no Centro e bastante menor precisamente no Norte e nas ilhas. Aliás, se se considerar apenas a população idosa (com 65 ou mais anos) a ausência de estudos é a situação mais comum, mesmo na população total. No que respeita à população em estudo a percentagem de idosos sem nível de instrução ascende aos 70% no Alentejo, e muito perto dos 60% no Algarve e no Centro.

À semelhança do que se verifica para o total do país, em quase todas as regiões o nível de instrução com maior prevalência na população com 15 ou mais anos era o 1º ciclo do ensino básico. Tal só não se verificava no Alentejo, onde a maior parte dos indivíduos (a partir dos 15 anos) não tinha qualquer nível de ensino.

A maior proporção de indivíduos entre os 25 e os 64 anos com um nível de ensino médio ou superior completo era observada no Algarve (6,6%) seguida do Alentejo (4,0%). Se se considerarem os jovens com idades entre os 15 e os 24 anos, o Algarve mantém-se na primeira posição, mas o Centro surge em segundo lugar.

Lisboa detinha a maior proporção de indivíduos com 15 ou mais anos a frequentar algum nível de ensino (10%), seguido da Região Autónoma da Madeira e do Algarve também acima dos 9%. O Norte e a Região Autónoma dos Açores observavam, por seu lado, as proporções mais baixas.

### Nacionalidade

Em 2001, 12,5% da população a residir em alojamentos não clássicos tinha nacionalidade estrangeira<sup>3</sup>. Esta proporção era superior à verificada em 1991 (7,4%) reflectindo o aumento dos fluxos imigratórios que caracterizaram o final dos anos 90 no nosso país. A análise das nacionalidades da população estrangeira a residir neste tipo de alojamentos em 1991 e 2001, permite confirmar a influência das novas correntes imigratórias.

De acordo com os resultados dos Censos 91, considerando o total do país, as nacionalidades mais representativas da população estrangeira a residir em alojamentos não clássicos pertenciam sobretudo ao continente africano,

designadamente aos países de língua portuguesa (PALP's): Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné e Moçambique, respectivamente.

Em 2001, observa-se (Quadro 1) o surgimento de duas novas nacionalidades com grande relevância nas referidas correntes imigratórias: Ucrânia e Brasil, embora as quatro nacionalidades africanas mais representativas se mantenham, desde 1991, com destaque para Cabo Verde.

Ainda segundo os Censos 2001, em Portugal, a proporção de indivíduos de nacionalidade estrangeira era mais elevada no total de residentes em alojamentos tipo "barraca" (17,1%) do que no conjunto da população em outros alojamentos não clássicos (8,5%).

Na análise por NUTS II, verifica-se que a importância relativa da população estrangeira assumia proporções bem distintas: Lisboa e Algarve registavam as proporções mais elevadas (cerca de 22% e 20%, respectivamente) enquanto que no Norte e nas regiões autónomas essa proporção o máximo atingido representavam 2% do total da população em análise.

Quadro 1

Proporção de população de nacionalidade estrangeira em alojamentos não clássicos e nacionalidades mais importantes, Portugal e NUTS II, 2001							
Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
12,5	1,6	4,1	21,9	7,0	19,8	2,1	1,1
unidade: %							
Cabo Verde	Ucrânia	Ucrânia	Cabo Verde	Ucrânia	Ucrânia	Brasil	Venezuela
Angola	Espanha	Angola	Angola	Brasil	Cabo Verde	Canadá	Suíça
Guine-Bissau	Angola	Brasil	Guiné-Bissau	Cabo Verde	Moldova (República de)	Alemanha	África do Sul
S. Tomé e Príncipe	França	Rússia	São Tomé e Príncipe	Moldova (República de)	Roménia	Cabo Verde	França
Ucrânia	Brasil	Moldova (República de)	Brasil	Alemanha	Reino Unido	Guiné-Bissau	Reino Unido
Brasil	Rússia	Guiné-Bissau	Ucrânia	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	Estados Unidos da América	Trindade e Tobago

Nota: na hierarquização, não foi considerada a dupla nacionalidade

Fonte: INE, Censos 2001

A nível regional torna-se igualmente evidente a entrada de novos imigrantes a residir neste tipo de alojamentos, pontuando, com maior ou menor relevância todas as regiões do país. Os indivíduos de nacionalidade ucraniana constituíam a maior proporção no Norte, Centro, Alentejo e Algarve. Os brasileiros assumiam a primeira posição nos Açores e constavam entre as seis mais importantes em quase todas as outras. Em Lisboa destacavam-se os cabo-verdianos com o maior peso relativo de estrangeiros, seguidos dos outros PALP mais representativos no total do país e dos residentes oriundos da Ucrânia e do Brasil.

Algumas das nacionalidades mais importantes entre o total da população de nacionalidade estrangeira no conjunto da população em estudo, tal como França e Alemanha, no caso do Norte, Alentejo e regiões autónomas, parecem estar relacionadas com os países de emigração tradicionalmente escolhidos pelos portugueses, reflectindo a entrada de indivíduos da segunda geração associada ao retorno de emigrantes.

Em 2001, a maior parte da população com nacionalidade estrangeira tinha entre 15 e 64 anos: 12,2% no total da população dos 15 aos 24 anos e 17,4% no grupo dos 25-64 anos. Esta proporção era bastante menor entre os jovens (6,6%) e ainda mais diminuta entre a população idosa (4,8%).

Entre 1991 e 2001 a população de nacionalidade estrangeira a residir em alojamentos não clássicos aumentou em todos os grupo etários, mas especialmente no grupo dos 25-64 anos, estendendo-se a todas as regiões. O Algarve destaca-se como a região com maior acréscimo de população estrangeira a residir neste tipo de alojamentos (12 p.p. no período intercensitário), seguido de Lisboa (9 p.p), ou seja as duas regiões que já detinham as maiores proporções em 1991. No mesmo sentido, o Norte e as regiões autónomas registaram os menores aumentos (menos de 2 p.p.).

A sobrerrepresentação masculina é outro dos aspectos que deve ser salientado. Se é verdade, como já se referiu, que a relação de masculinidade é bastante superior na população a residir em alojamentos não clássicos

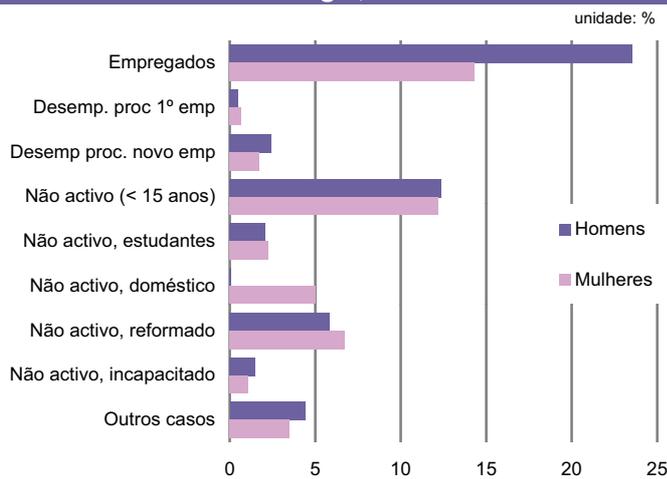
face ao total da população residente, é ainda mais verdade quando se analisa a população de nacionalidade estrangeira. Em 2001, este indicador era de 163,5 homens por cada 100 mulheres, quando na população de nacionalidade portuguesa era de apenas 105,6 (relembre-se que no total da população em análise esta relação era de 111 homens por cada 100 mulheres).

### Condição perante o Trabalho e Principal Meio de Vida

Em 2001, 37,8% da população a residir em alojamentos não clássicos encontrava-se empregada. Esta proporção era mais elevada nos homens (23,5%) que nas mulheres (14,3%). A proporção de empregados atinge o valor relativo mais elevado na população entre os 25 e os 64 anos (cerca de 62%), enquanto que nos indivíduos que tinham entre 15 e 24 anos essa proporção representava 44%.

Por outro lado, 5,3% encontravam-se em situação de desemprego, dos quais 4,2% procuravam novo emprego e 1,1% tentavam conseguir o primeiro emprego. A procura de primeiro emprego atinge a maior importância relativa entre os indivíduos com 15-24 anos (4%), sendo quase irrelevante nos restantes grupos etários, enquanto que na situação de procura de novo emprego estavam 6,2% de indivíduos naquele grupo etário e 6,5% no dos 25-64 anos.

**Figura 8**  
**População residente em alojamentos não clássicos por sexo e segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 2001**



Fonte: INE, Censos 2001

No que se refere à população não activa (sem actividade económica) e considerando apenas a população com 15 ou mais anos, os estudantes assumiam uma pequena importância relativa (4,3%), que aumentava para cerca de 25% nos indivíduos com 15-24 anos. A situação de doméstica era pertença quase em exclusivo das mulheres: 5,0%. Esta proporção tornava-se mais importante no grupo dos 25-64 anos. A população reformada representava 12,6% do total da população em análise. A proporção aumenta, naturalmente, entre a população idosa (81,3%).

Comparativamente a 1991, quer a proporção de empregados (36,4%), quer a proporção de desempregados (3,5%) era ligeiramente mais baixa. Em contrapartida, os estudantes e os domésticos registavam, naquela data, proporções mais elevadas no total da população residente em alojamentos não clássicos.

Como seria de esperar, o principal meio de vida está directamente associado à condição perante o trabalho analisada anteriormente. Assim, cerca de 38% da população vivia sobretudo de rendimentos do trabalho, percentagem que era mais elevada nos homens (24%) que nas mulheres (14%). Esta situação atingia o valor relativo mais elevado nos indivíduos entre os 25 e os 64 anos (62%) e representava 43% dos que tinham entre 15 e 24 anos.

A carga da família, encontravam-se cerca de 37% de indivíduos, sobretudo nas idades mais baixas: para além de constituir a única situação para as crianças com menos de 15 anos, era o principal meio de vida para 43% dos indivíduos entre os 15 e os 24 anos (a mesma percentagem dos que viviam basicamente de rendimentos do trabalho). Cerca de 11% das pessoas entre os 25 e os 64 anos e 4% com 65 ou mais anos declararam igualmente ser este o principal meio de subsistência.

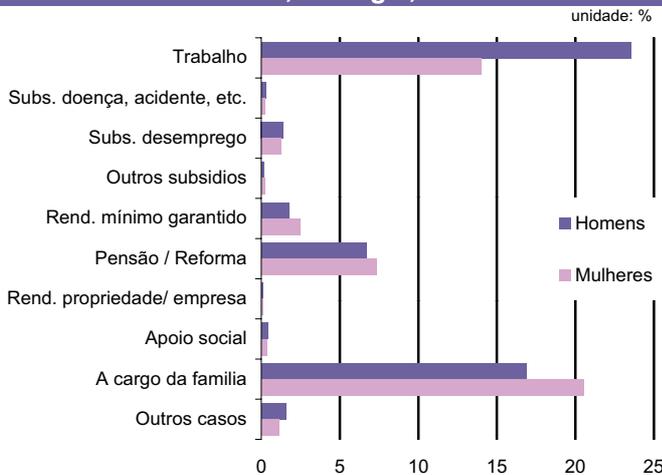
Os rendimentos de pensão ou reforma representavam o principal meio de vida para 14% da população em análise, proporções que ascendia aos 86% entre as pessoas idosas.

Os rendimentos que resultam de subsídios de desemprego ou de subsídios temporários por doença, acidente profissional ou outros, ou mesmo os que se inseriam ao abrigo do rendimento mínimo garantido (actual rendimento de inserção social), constituíam o principal meio de vida para cerca de 8% de indivíduos a residir em alojamentos não clássicos. Estas situações registavam as frequências mais elevadas nos que à data do Censo tinham entre 25 e 64 anos (12%).

Considerando a população com 15 ou mais anos a residir em alojamentos não clássicos, e comparando com a população total com a mesma idade, verifica-se uma maior proporção de pessoas a viver principalmente do rendimento mínimo garantido e de apoio social no conjunto dos alojamentos não clássicos, sendo menor no caso dos rendimentos do trabalho e, sobretudo, no de pensões.

Figura 9

**População residente em alojamentos não clássicos por sexo e segundo o principal meio de vida, Portugal, 2001**



Fonte: INE, Censos 2001

A nível regional, pode verificar-se que Lisboa e Algarve observavam as maiores proporções de população a viver sobretudo de rendimentos de trabalho: 40% e 43%, respectivamente, verificando-se a mais baixa no Alentejo. Esta região, juntamente com os Açores e a Madeira registavam as importâncias relativas mais elevadas de pessoas a viver a cargo da família, especialmente entre os 15 e os 64 anos.

As pessoas a viver sobretudo através do rendimento mínimo garantido encontravam-se em maior número a residir em alojamentos não clássicos nas regiões do Alentejo e Algarve.

### Residência Anterior

Na tentativa de analisar a mobilidade geográfica desta população, foram apurados quer as regiões de proveniência, quer o local de residência anterior (regiões e países de origem), relativamente a cinco anos antes (31/12/1995)<sup>4</sup>.

Como se pode verificar, a maior parte da população (84%) residia na mesma freguesia cerca de cinco anos antes ao momento censitário, 4,6% residiam noutra freguesia do mesmo concelho, 5,2% eram provenientes de outro concelho e 5,9% residiam noutro país, ou seja, emigraram para Portugal entre 1996 e 2001.

A importância relativa da população proveniente do estrangeiro no período em análise era superior entre os residentes em alojamentos não clássicos face à população residente total (2,5%). Ao contrário, considerando o total da população, observa-se uma maior mobilidade geográfica inter-concelhia (indivíduos que residiam anteriormente noutro concelho) do que na população em estudo: 6,9% e 5,2%, respectivamente.

Por outro lado, entre a população a residir em *barracas* parece existir uma tendência para a persistência da situação de alojamento comparativamente aos *outros alojamentos não clássicos*. Os indivíduos que no momento censitário residiam em *barracas* e não tinham mudado de freguesia (89%) eram proporcionalmente em maior número do que os que residiam nos restantes tipos de alojamento não clássico (80%). As tendências invertem-se quando se observa qualquer tipo de mobilidade, por exemplo, quando se trata de movimentos intra-concelhios (os que mudaram de freguesia dentro do mesmo concelho): 2,4% na população a residir em *barracas* e 6,4% em alojamentos de *outro tipo*, os que mudaram de concelho de residência (3,3% e 7,0%, respectivamente), e, com a menor diferença, os provenientes do estrangeiro (5,3% e 6,4%, respectivamente).

É entre a população imigrante oriunda de outro país que as diferenças entre o sexo mais se acentuam (7,5% nos homens e 4,2% nas mulheres), confirmando a ideia já exposta anteriormente que os fluxos migratórios se efectuam sobretudo entre os homens.

Na análise regional, o Algarve destaca-se pela maior importância relativa das entradas, quer internas (8%), quer do estrangeiro (15%). As entradas de indivíduos com proveniência do estrangeiro verificaram-se sobretudo no sexo masculino (numa proporção de 22% contra 5% do sexo feminino) e especialmente nos alojamentos não clássicos de *outro tipo* (20% contra 8% no tipo *barracas*).

O Alentejo observava a segunda maior proporção de entradas inter-concelhias (8%), importância que se elevava a 11% na população residente em alojamentos não clássicos de outro tipo contra 5% em *barracas*. Os indivíduos

oriundos do estrangeiro depois de 1996 representavam 6,6% nesta região e no total da população em alojamentos não clássicos. Mais uma vez se verifica que estes indivíduos são em maior número relativo nos alojamentos de outro tipo do que no tipo *barracas*: 10% contra 3%, e em maior volume entre o sexo masculino (10% contra 2% de mulheres no total de residentes de alojamentos não clássicos).

Em Lisboa, cerca de 85% da população a residir em alojamentos não clássicos declarou não ter mudado de concelho de residência e apenas uma pequena minoria (4%) declarou residir anteriormente num concelho diferente, enquanto que as entradas provenientes do estrangeiro representavam 7,5%.

Nesta região, ao contrário do Alentejo e do Algarve, as entradas do exterior fizeram-se de modo equilibrado quer para os alojamentos do tipo *barraca* quer para os de *outro tipo* e observam também uma menor diferença entre os dois sexos (8% e 7%, respectivamente entre homens e mulheres). Este facto pode estar relacionado com a origem das pessoas que imigram e com a possibilidade de alguma rede familiar que os aguarda. Neste sentido, é sabido que os fluxos migratórios, por exemplo, dos PALP's e da Europa de Leste têm características bastante distintas.

No Norte, Centro e regiões autónomas, os fluxos migratórios de entrada, internos e internacionais assumem proporções relativamente baixas.

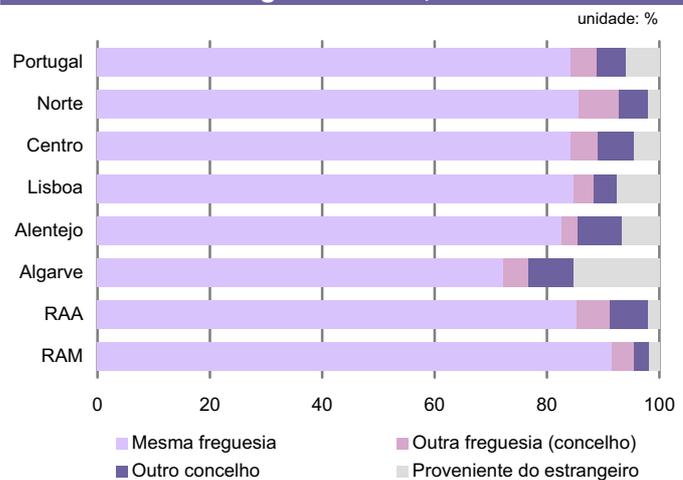
A matriz de entradas por região NUTS II comprova algumas ideias expostas anteriormente. No que se refere a migrações internas, o Algarve e o Alentejo revelaram-se as regiões com maior proporção de entradas de outras NUTS II: 4,5% e 3,4%, respectivamente. Para tal, contribuíram sobretudo as entradas de pessoas que antes de 1996 residiam em Lisboa e no Alentejo, no caso do Algarve, e Lisboa e Centro, no caso do Alentejo.

Lisboa contribuiu igualmente para as entradas na região Centro e, em menor escala, para as do Norte e das regiões autónomas, constituindo a região com maior proporção de emigrantes internos.

Considerando as principais regiões de destino e tendo em conta que se trata de pessoas a residir em alojamentos não clássicos, podemos pensar que se trata sobretudo de fluxos migratórios baseados em contratos de trabalho temporário.

Figura 10

**População residente em alojamentos não clássicos segundo as zonas de proveniência (relativamente a 31.XII.1995), Portugal e NUTS II, 2001**



Quadro 2

**Proporção de população residente em alojamentos não clássicos segundo o local de residência anterior em 31.XII.1995, Portugal e NUTS II, 2001**

unidade: %

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Estrangeiro
<b>Portugal</b>	<b>23,7</b>	<b>13,6</b>	<b>41,9</b>	<b>5,9</b>	<b>4,7</b>	<b>1,6</b>	<b>2,7</b>	<b>5,9</b>
Norte	97,1	0,4	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0	2,0
Centro	1,0	92,5	1,5	0,3	0,1	0,0	0,0	4,5
Lisboa	0,4	0,4	91,2	0,3	0,1	0,0	0,1	7,5
Alentejo	0,2	1,1	2,3	89,5	0,3	0,0	0,0	6,6
Algarve	0,7	0,7	2,0	1,5	79,9	0,0	0,0	15,2
R.A. Açores	0,4	0,1	0,6	0,2	0,1	96,3	0,3	2,0
R.A. Madeira	0,2	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	97,6	1,8

Fonte: INE, Censos 2001

## II. Enquadramento Familiar da População Residente em Alojamentos não Clássicos

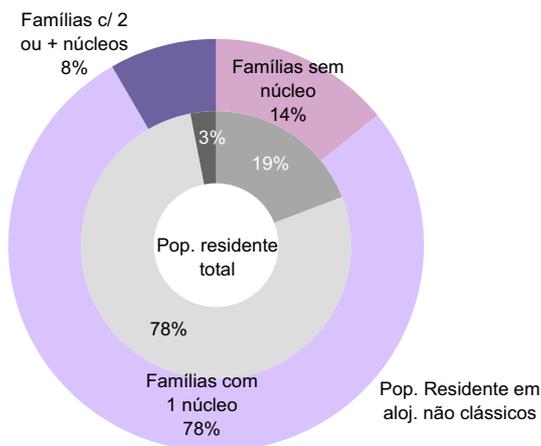
A maior parte da população em análise residia em famílias clássicas com um núcleo (77,5%), 14,3% viviam em famílias sem núcleos e 8,2% em famílias com 2 ou mais núcleos. Comparativamente à estrutura familiar da população residente total, verifica-se uma proporção bastante superior (quase 3 vezes mais) de famílias com 2 ou mais núcleos, em detrimento das famílias sem núcleo, proporcionalmente mais elevadas na população total.

As famílias de uma só pessoa representavam 11% do total da população residente em alojamentos não clássicos, sendo proporcionalmente mais elevada no sexo masculino (15% contra 7% nas mulheres). Se, por um lado, esta categoria assume valores mais importantes quando se analisa a população residente total (17%), verifica-se, por outro lado que os outros tipos de família

sem núcleos (famílias com pessoas aparentadas e não aparentadas) assumem um peso mais significativo na população em estudo.

Figura 11

População residente total e em alojamentos não clássicos segundo o tipo de família clássica, Portugal, 2001



Fonte: INE, Censos 2001

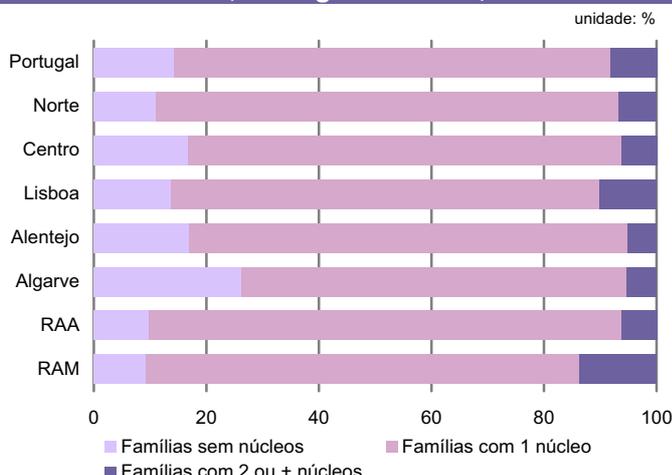
Nas famílias com dois ou mais núcleos as diferenças são, no entanto, mais significativas. Neste conjunto, destacam-se as pessoas a viver em famílias com dois núcleos com filhos em ambos os núcleos (com e sem outras pessoas) com uma importância de 4,6% do total da população a residir em alojamentos não clássicos. As pessoas que se inseriam em famílias com dois núcleos com filhos em apenas um deles, representavam 2,2% do total. Este tipo de famílias na população residente total detinha proporções mais baixas (1,0% e 1,7%, respectivamente), assim como as famílias com mais de dois núcleos que eram praticamente irrelevantes na população total, enquanto que no grupo populacional em análise eram de 1,2%.

A proporção de pessoas a viver sós e com outras pessoas aparentadas ou não, aumenta no subconjunto dos indivíduos a residir em alojamentos não clássicos do tipo rudimentar de madeira, improvisado, móvel, ou outros, destacando-se também uma predominância do sexo masculino. Pelo contrário, as que se inserem em famílias com núcleos (com 1 e com 2 ou mais) registavam um peso relativo mais baixo nas de tipo *barracas*. Apesar das disparidades não serem muito significativas, parece existir uma certa semelhança entre a estrutura familiar das

personas que residiam em *barracas* com as que residiam em alojamento clássicos, podendo-se alvitrar igualmente que muitas das famílias de uma só pessoa a residir nos alojamento de tipo mais precário e de carácter muitas vezes provisório, podem estar associados aos movimentos migratórios anteriormente analisados.

Figura 12

População residente em alojamentos não clássicos segundo o tipo de família clássica com base nos núcleos, Portugal e NUTS II, 2001



Fonte: INE, Censos 2001

A nível regional verifica-se uma maior preponderância das famílias sem núcleos na região do Algarve (26,2%), que aumenta para 33,2% se se tiver em conta apenas a população a residir no conjunto de alojamentos não clássicos de outro tipo. As explicações avançadas anteriormente tomam mais forma, uma vez que, como se viu, esta era a região com maior proporção de imigrantes, quer internos, quer externos.

O Centro e o Alentejo registam igualmente proporções mais elevadas deste tipo de famílias face ao total do país, mas, por outro lado, assumem, juntamente com o Algarve, importâncias

relativas mais baixas no que respeita a famílias com 2 ou mais núcleos. Neste tipo de famílias, a Região Autónoma da Madeira e Lisboa registam as percentagens mais elevadas: 14% e 10%, respectivamente. Em ambas as regiões, e à semelhança do que acontece no total do país, o maior contributo para o conjunto deste tipo familiar é a situação em que as pessoas têm filhos em ambos os núcleos.

Assim, embora a situação familiar preponderante em todas as regiões seja a de um núcleo, a Região Autónoma dos Açores e o Norte registam as proporções mais elevadas e acima do total do país.

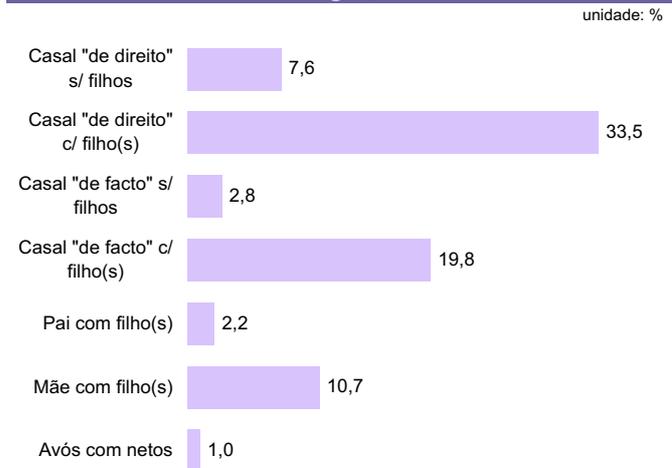
Analisando as pessoas inseridas em famílias com um núcleo, a situação de casal com filhos<sup>5</sup> é a mais comum, representando, no conjunto, 53,2% da população em estudo. Neste tipo de núcleo, os casais “de direito” constituíam um grupo superior (cerca de 34%) que os “de facto” (com cerca de 20%).

Os casais sem filhos representavam 10,4% do total da população em estudo, igualmente com maior importância relativa no caso dos casais “de direito”.

Como é natural, e como sucede sempre que se analisa a estrutura familiar do total da população, também neste grupo populacional a maior parte das famílias monoparentais era constituída por mãe com filhos, numa proporção quase cinco vezes maior à de pai com filhos. A situação familiar de avós com netos (ou bisavós com bisnetos) era quase residual na população em estudo.

Figura 13

**População residente em alojamentos não clássicos segundo o tipo de família clássica com 1 núcleo, Portugal, 2001**



Fonte: INE, Censos 2001

## Conclusões Gerais

- Os indivíduos a residir em alojamentos não clássicos representavam, em 2001, 0,8% do total da população residente. A importância relativa de pessoas a residir neste tipo de alojamentos tem vindo a decrescer nas últimas duas décadas. Apesar desta tendência, e a par da persistência da situação por parte de alguns indivíduos que se encontravam anteriormente nas mesmas condições habitacionais, há indícios prováveis de novos efectivos na mesma situação.
- Pela caracterização apresentada, é possível traçar um perfil desta população, não obstante a diversidade de situações existente:
  - Esta população era principalmente constituída por efectivos do sexo masculino. Em 2001, a *relação de masculinidade* era de 111 homens por cada 100 mulheres. Comparativamente à população residente total, apresentava um grau de *envelhecimento* menor, embora com tendência para aumentar nos últimos anos.
  - Quanto ao estado civil, a maior parte da população era *solteira*, embora se tenha verificado no período intercensitário um incremento relativo da situação de *casados sem registo*. O peso relativo dos casados sem registo no total dos casados, é bastante mais elevado na população em análise face à população residente total.
  - O nível de instrução é muito baixo, sendo que a maior parte das pessoas residentes em alojamentos não clássicos detinha apenas o *1º ciclo do ensino básico*. Considerando as pessoas idosas, a maior parte não tinha qualquer nível de instrução. No entanto, à semelhança do que acontece na população total, também se verificou um aumento do nível escolar na população em análise.
  - A maior parte das pessoas residentes em alojamentos não clássicos estava *empregada*, vivendo principalmente de *rendimentos do trabalho*. Estas proporções eram, no entanto, mais baixas que as verificadas para a população residente total. As pessoas que viviam principalmente do *rendimento mínimo garantido* e de *apoio social*, assumiam uma importância relativa mais elevada quando residiam em alojamentos não clássicos.
  - A *mobilidade geográfica* da população em análise é mais baixa face à população residente total, quando se analisam os 5 anos anteriores aos Censos. No entanto, considerando os fluxos de entrada de estrangeiros, que ocorreram em maior volume no final dos anos 90, verifica-se que tiveram a sua influência na população residente neste tipo de alojamentos, essencialmente indivíduos do sexo masculino e em idade activa.
  - A *estrutura familiar* desta população não é muito diferente da população total no que respeita ao tipo de família mais comum (com um núcleo), observando-se, contudo, uma maior prevalência das famílias com dois ou mais núcleos. A configuração familiar parece estar directamente relacionada com as novas entradas de imigrantes para este tipo de alojamentos.

## Bibliografia

*Constituição da República Portuguesa*, VI Revisão Constitucional, 2004 in Assembleia da República.pt (url: [http://www.parlamento.pt/const\\_leg/crp\\_port/index.html](http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/index.html))

Documentação diversa do Programa das Nações Unidas sobre Habitação (UN-Habitat).

INE (1996) *XIII Recenseamento Geral da População 1991 e III Recenseamento Geral da Habitação*, resultados definitivos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2000) *Programa Global Censos 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2002) *XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação*, resultados Definitivos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

## Notas

<sup>1</sup> **Alojamento familiar** (conceito censitário, Censos 2001)

Unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família: *Barraca*: construção independente, feita geralmente com vários materiais velhos e usados e/ou materiais locais grosseiros, sem plano determinado e que estava habitada no momento censitário; *Casa rudimentar de madeira*: habitação construída com madeira que não foi previamente preparada para aquele fim e estava habitada no momento censitário. São exemplo as habitações familiares individuais de operários, construídas normalmente com tábuas destinadas a cofragens; *Clássico*: divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins; *Improvizado*: unidade de alojamento situada numa construção permanente (moinho, celeiro, garagem, etc) que não foi reconstruída ou transformada para habitação, nem sofreu adaptação funcional para esse fim e estava habitada no momento censitário; *Móvel*: instalação, destinada à habitação humana, que tenha sido construída para ser transportada ou seja uma unidade móvel (barco, caravana, etc) e que se encontrava ocupada no momento censitário, funcionando como habitação de, pelo menos, uma pessoa; *Outros*: local que, sem qualquer intervenção directa do homem no sentido de o adaptar funcionalmente para a habitação, estava a ser utilizado como alojamento de um ou mais indivíduos, no momento censitário (por exemplo: grutas, vãos de escada, etc).

<sup>2</sup> **Taxa de analfabetismo** (conceito censitário): esta taxa foi definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considerou-se que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário. Deste modo a fórmula utilizada é a seguinte: (População com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever / População com 10 ou mais anos) x 100.

<sup>3</sup> Nestes cálculos não foi considerada a população com dupla nacionalidade e apátrida.

<sup>4</sup> Os Censos 2001 colocavam estas duas questões relativamente a 31 de Dezembro de 1995 e de 1999. Para a presente análise optou-se apenas pela primeira, por constituir um período mais abrangente (cerca de 5 anos). As percentagens foram calculadas sem considerar os indivíduos que ainda não tinham nascido em 31.XII.1995.

<sup>5</sup> Segundo as especificações dos Censos 2001, estão inseridos neste tipo de núcleo os casais (de direito ou de facto) com pelo menos um filho não casado com menos de 25 anos (com e sem outras pessoas) e os casais (de direito ou de facto) com filho(s) não casado(s), tendo o mais novo 25 ou mais anos (com e sem outras pessoas).

